

SANDEL, Michael J., *Justiça – O que é fazer a coisa certa*, Tradução de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2011, 350p., ISBN: 978-85-200-1030-3.

Michael J. Sandel (1953) é professor de filosofia da Universidade de Harvard. Ele tornou-se muito conhecido por seu famoso curso sobre a *justiça* em Harvard (<http://www.justiceharvard.org/>) e por sua obra filosófica que, inscrevendo-se na corrente do pensamento comunitarista, apesar dele não se sentir totalmente à vontade com esta classificação, apresenta importantes críticas ao liberalismo. Entre seus importantes trabalhos destaco os textos *Liberalism and the Limits of Justice* (1982), *Liberalism and Its Critics* (1984) e *Democracy's Discontent: America in Search of a Public Philosophy* (1996).

Fruto das lições do curso sobre a justiça, Sandel lançou em 2011 o livro *Justice, what's the right thing to do?*, traduzido agora no Brasil com o título *Justiça, o que é fazer a coisa certa?* O livro é muito provocativo. O autor estuda um tema tradicional da reflexão ética e política, a justiça, com uma abordagem que utiliza um tipo de método socrático onde a pergunta provocativa e a abundância de exemplos, muito bem escolhidos, convocam o leitor a pensar e a perguntar constantemente por aquilo que costumeiramente entende por justiça, justo e injusto. Para se ter uma pequena ideia da variedade dos exemplos, o autor percorre questões como: Quais são as nossas obrigações uns para com os outros na construção de uma sociedade democrática?

É possível legislar sobre moral? O mercado livre é justo? Podemos taxar os ricos para com isso ajudar os pobres? O que fazer quando parece ser errado dizer a verdade? Existe conflito entre o bem comum e os direitos individuais? Em alguns casos é justificável matar outra pessoa? A tortura é justificável em alguma circunstância? O suicídio assistido é ético? Pode-se admitir um canibalismo consensual? Existe o mérito moral? As preferências raciais violam os direitos individuais? É possível ser uma boa pessoa sem participar da política? Devemos pagar pelos pecados de nossos predecessores? O governo deve ser moralmente neutro? Como discutir eticamente sobre o aborto e sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo? Estas e outras questões ajudam o autor a discutir com propriedade sobre a justiça desde Aristóteles, passando pelo utilitarismo, Kant, Rawls, e o comunitarismo contemporâneo. Discutir sem perder a seriedade e sem cair em abstrações inócuas como costuma acontecer em alguns livros de filosofia.

A perspectiva do autor é organizar sua argumentação em torno de três grandes abordagens da justiça. A primeira é a utilitarista que entende que a justiça deve visar a maximização do bem-estar, ou da felicidade, do maior número de pessoas possível. A segunda é a perspectiva que interpreta a justiça como respeitar a liberdade de escolha, seja na versão libertária onde as escolhas reais são as que as pessoas fazem em um mercado livre, seja na versão igualitária liberal na qual as escolhas hipotéticas acontecem quando as pes-

soas se colocam em uma posição hipotética original de equanimidade. E, finalmente a terceira é a que envolve, na compreensão da justiça, o cultivo da virtude e a preocupação com o bem comum. Analisando e tentando superar as aporias das duas primeiras abordagens o autor, a partir de sua visão comunitarista, vai defender, evidentemente, a terceira. Todo este percurso Sandel irá fazê-lo em dez capítulos.

No primeiro capítulo intitulado “Fazendo a coisa certa”, o autor procura, a partir da análise de alguns dilemas morais, colocar a pergunta que guia sua reflexão: “Como podemos raciocinar claramente no disputado terreno da justiça e da injustiça, da igualdade e da desigualdade, dos direitos individuais e do bem comum?” (p.37). Com esta pergunta, e seus exemplos, num vai e vem do mundo da ação para o mundo da razão, ele tentará elucidar sua compreensão do que é um raciocínio moral. Ora, todo raciocínio moral envolve escolhas, e todas as escolhas envolvem um discussão moral onde está presente a dialética composta pelas nossas opiniões pessoais e os princípios morais que afirmamos. Para o autor a reflexão moral é sempre uma busca dialética, busca que nunca fazemos sozinhos, mas é sempre social. Esta busca “avança e recua entre os julgamentos que fazemos em situações concretas e os princípios que guiam esses julgamentos” (p.39).

O utilitarismo é o tema do segundo capítulo: “O princípio da máxima felicidade: o utilitarismo”. Analisando a proposta de Bentham e Mill, o autor resume a proposta utilitarista dizendo que a moral consiste em pensar custos e benefícios, e seu principal objetivo será o de maximizar a felicidade, assegurando a hegemonia do prazer sobre a dor para o maior número de pessoas possível. Mill tenta superar o utilitarismo de Bentham buscando uma

doutrina mais humana e menos calculista, onde o respeito à liberdade individual ajudará a maximizar a felicidade humana. Para Mill, “as ações estão certas na proporção em que tendam a promover a felicidade; erradas quando tendam a produzir o oposto da felicidade” (p.68). Mas, o objetivo continua o mesmo: promover o bem maior para o maior número de pessoas.

O terceiro capítulo começa com a seguinte provocação: “Somos donos de nós mesmos? A ideologia libertária”. Por libertários o autor entende a corrente de pensamento contemporânea que defende o mercado livre e se opõe expressamente a qualquer regulamentação por parte dos governos. Fazem isso em nome da liberdade humana. Para apresentar esta perspectiva, Sandel discute as ideias de Friedrich Hayek, Milton Friedman, e especialmente o *Estado Mínimo* de Robert Nozick. Nozick defende em *Anarchy, State and Utopia* (1974) que “apenas um estado mínimo, limitado a fazer cumprir contratos e proteger as pessoas contra a força, o roubo e a fraude, é justificável” (p.81). A defesa principal desta perspectiva é a de que nós somos donos de nós mesmos. Cada pessoa é a única proprietária de si mesma. Apoderar-se da vida alheia e usá-la, mesmo que seja para uma causa justa, é inadmissível.

A ideologia libertária é criticada por Sandel no quarto capítulo “Prestadores de serviço. O mercado e conceitos morais”. A discussão neste capítulo será centrada na questão do mercado livre a partir da seguinte pergunta: “o livre mercado é justo?” (p.99). Ora, o livre mercado apresenta-se, muitas vezes, como defensor da liberdade individual e do bem-estar social. Mas, Sandel apresenta suas dúvidas a partir de exemplos concretos da sociedade americana, discutindo sobre a terceirização da gravidez, a venda de rins e a convocação cívica para a guerra. Sua conclusão,

contra a ideia de mercado livre, é a de que nossas escolhas não são tão livres quanto parecem. “O livre mercado, para aqueles que têm poucas alternativas, não é tão livre assim” (p.106). Da argumentação do autor surge a questão sobre quais as condições necessárias para que nossas escolhas sejam livres. Perguntar pelas condições necessárias é perguntar pela justiça, é perguntar pelo âmbito da ética de nossas escolhas. Uma aproximação à resposta, para Sandel, será a de que “nossas escolhas só serão livres se não estivermos sob excessiva pressão (por necessidade financeira, digamos) e se estivermos razoavelmente informados sobre todas as alternativas” (p.121). O erro de colocar as reflexões acerca da justiça sob a égide do mercado é que este trata todas as coisas e pessoas como se fossem mercadorias, produtos para serem comprados e vendidos apenas. Três são as críticas de Sandel a esta perspectiva tão presente em nossas sociedades: os seres humanos merecem respeito, existem algumas coisas que o dinheiro não pode comprar e é um grande erro avaliar os bens e as práticas sociais apenas por sua utilidade ou seu valor monetário.

Fazer frente à ideologia do mercado livre em nossa sociedade é uma tarefa difícil. Por isso, Sandel vai dedicar grande parte do livro para explicar Kant e Aristóteles como aqueles que nos ajudam a sermos críticos. O quinto capítulo, “O que importa é o motivo. Immanuel Kant” é uma longa e bem argumentada apresentação da filosofia kantiana. Filosofia que está na base de grande parte dos trabalhos em filosofia moral contemporânea, daí sua imensa importância. Para Kant, os seres humanos possuem uma dignidade. É errado tratar um ser humano como mero instrumento. Somos seres racionais merecedores de dignidade e respeito. O autor, explicando a argumentação kantiana presente na *Fun-*

damentação da metafísica dos costumes, discute longamente sobre o princípio supremo da moralidade e sobre a liberdade humana, temas importantes para compreendermos Kant. Vale a pena lembrar aqui que para Kant, como seres racionais que somos, somos capazes de pensar, de agir e de escolher livremente. Ora, para agir livremente devo agir de forma autônoma, isto é, agir de acordo com a lei que imponho a mim mesmo, não me deixando guiar pela natureza, pelas convenções sociais ou pela religião. Assim, meu agir será um agir de acordo com princípios, é um escolher o fim em si, é um obedecer a uma lei que estabeleço por mim mesmo. “Apenas aquele que se baseia em princípios alinha-se com a razão do dever, a única razão que confere valor moral à ação” (p.145). Para discutir o princípio supremo da moralidade, Sandel apresenta os dualismos usados por Kant em sua explicação. Moralidade: dever e inclinação. Liberdade: autonomia e heteronomia. Razão: imperativos categóricos e imperativos hipotéticos. Todo o esforço do autor é o de ajudar o leitor a compreender melhor a importância de Kant e suas conclusões. Sandel termina este capítulo mostrando como Kant “repudia o utilitarismo em favor de uma teoria da justiça fundamentada em um contrato social” (p.171) que, diferente de Locke não é real, mas imaginário, ou seja, fundado em uma ideia da razão que é, na argumentação de Sandel, um ato imaginário de consenso coletivo. Ora, como seria este contrato imaginário e a qual princípio de justiça ele daria origem? A esta pergunta, quem ajuda a pensá-la é John Rawls.

Rawls é um autor importante na argumentação filosófica atual e está sempre presente na crítica feita por Sandel ao liberalismo. No sexto capítulo, “A questão da equidade. John Rawls”, Sandel discute longamente com Rawls e sua teoria da justiça. Para Rawls, uma teoria da justiça deve argumentar em tor-

no da pergunta sobre com que princípios nós mesmos concordaríamos em uma situação inicial de equidade. Ou seja, em uma posição original de equidade, imaginando um contrato perfeito onde todos teríamos o mesmo nível de poder e conhecimento, e onde todos nos encontraríamos em uma situação original idêntica, a saber, ignorando a posição que cada um iria ter na sociedade, quais princípios escolheríamos? Quais princípios ofereceriam as mesmas liberdades básicas para todos os cidadãos e propiciariam a equidade econômica e social? Após discutir os princípios apresentados por Rawls e o percurso histórico que Rawls analisa, desde a aristocracia feudal até a nossa atual sociedade do livre mercado, Sandel discute o princípio da diferença de Rawls: “só serão permitidas as desigualdades sociais e econômicas que visem ao benefício dos membros menos favorecidos da sociedade” (p.190). Esta seria, para Rawls, uma das formas de corrigirmos as injustiças na distribuição de renda e riquezas de nossa sociedade contemporânea. Ora, a proposta de Rawls é uma teoria da justiça que nos ajuda a compartilharmos nosso destino com o próximo, aproveitando das casualidades da natureza e das circunstâncias sociais para proporcionar o bem de todos. Para Sandel, a proposta de Rawls é a filosoficamente mais convincente produzida na filosofia política contemporânea.

No sétimo capítulo Sandel retorna ao estudo de casos. Buscando exemplos próprios da sociedade norte americana, o autor analisa a origem das obrigações morais. As obrigações que temos como indivíduos e como membros de comunidade e de tradições históricas. Desta análise surge a pergunta: a justiça pode ser dissociada do mérito moral? Para o autor, “a não aceitação do mérito moral com base na justiça distributiva é moralmente atraente, mas também inquietante” (p.221). Toda a

discussão, contra Rawls e Dworkin, gira em torno da questão de nossas conquistas pessoais e de nossa responsabilidade social. Por exemplo, nossas conquistas sociais são frutos do mérito pessoal ou da posição que ocupamos, por nascimento ou sorte, na sociedade? Sandel termina este capítulo criticando Kant e Rawls por terem proposto “tentativas de encontrar um fundamento para a justiça e para os direitos que seja neutro em relação às diferentes concepções do que venha a ser uma vida boa” (p.226). Ao falar de vida boa, Sandel abre espaço para Aristóteles.

Pensando na escola do comunitarismo Sandel é, a sua maneira, aristotélico. “Quem merece o quê? Aristóteles” é o título do oitavo capítulo. Toda argumentação de Sandel é mostrar que para Aristóteles, discutir sobre a justiça é, também, discutir sobre a honra, a virtude e a vida boa. Para Aristóteles, a justiça é teleológica de modo que “para definir os direitos é preciso saber qual é o *télos* da prática social em questão” (p.233). Mas, também, é honorífica, ou seja, “compreender o *télos* de uma prática significa compreender as virtudes que ela deve recompensar” (p.233). A conclusão certa neste caso é que para Aristóteles nós podemos discutir qual é o *télos* das práticas sociais e das instituições sociais. Pensando de forma mais abrangente, nós podemos discutir qual é o propósito da própria política. Por exemplo, para Aristóteles a política serve para formar bons cidadãos e ensiná-los a “desenvolverem capacidades e virtudes humanas para deliberar sobre o bem comum” (p.240). Na verdade, a proposta de Aristóteles é a de uma educação. Um modo de vida em comum que, pedagogicamente, forme o caráter dos cidadãos ajudando-os a deliberar sobre o bem comum; desenvolver hábitos e virtudes corretos, julgamento prático, e a participar da autodeterminação da comunidade, cuidando do destino da comunidade como um

todo. Daí a conclusão óbvia, somos seres sociais, animais políticos e não podemos ser pessoas boas sem participar da política, sem deliberarmos sobre a vida boa. Então, toda a educação moral será um aprender a discernir, a buscar a virtude que é o meio termo entre os extremos, a adquirir a sabedoria prática que é “um estado racional e verdadeiro de capacidade de agir em relação ao bem humano” (p.246). A conclusão de Sandel para este capítulo é totalmente aristotélica: “discussões sobre justiça e direito são, muitas vezes, inevitavelmente, discussões sobre o propósito das instituições sociais, sobre os bens por elas destinados e sobre as virtudes que elas valorizam e recompensam. Apesar das nossas tentativas de manter a neutralidade da lei em tais questões, talvez não seja possível determinar o que é justo sem discutir a natureza da vida boa” (p.255).

Continuando a construção de sua argumentação, Sandel dá um passo adiante na elucidação da perspectiva comunitarista assim como ele a entende. No nono capítulo, “O que devemos uns aos outros? Dilemas da lealdade”, ele discute sobre responsabilidades coletivas e reivindicações da comunidade. Questões concretas são discutidas. As nações devem pedir perdão por erros históricos? Devemos honrar a memória dos que sofreram injustiças? Devemos pagar pelos erros dos nossos predecessores? Estas e outras perguntas que questionam o individualismo moral são largamente discutidas por Sandel. Após várias aproximações ao pensamento de Locke, Kant e Rawls, o autor defende as reivindicações comunitárias fazendo, primeiramente, uso da proposta de Alasdair MacIntyre (*After Virtue*, 1971). Para MacIntyre, nós somos seres que contam histórias. MacIntyre apresenta uma concepção narrativa da vida humana. Esta concepção é teleológica, como são as histórias, mas também como nas histórias,

teleologia e imprevisibilidade coexistem. “Viver a vida é representar um papel em uma jornada narrativa que aspira a uma certa unidade e coerência” (p.274). Nesta narrativa, que é a nossa própria vida, não estamos sozinhos, somos membros de uma família, uma nação, um povo. Nossa condição de membros de grupos marca nossa identidade. Somos pessoas que vivem suas vidas inseridas em grupos como um *eu engajado*. Ora, para Sandel, nossa identidade comum acarreta, em nossas vidas, uma responsabilidade coletiva e uma solidariedade voluntária.

A conclusão do livro, seu décimo capítulo, tem um título muito sugestivo: “A justiça e o bem comum”. O autor começa o capítulo com uma pergunta intrigante: “Todos os nossos deveres e obrigações derivam de um ato de vontade ou escolha?” (p.294). Neste último capítulo o autor faz uma repetição das perspectivas de Kant, Rawls e Aristóteles, para depois defender a sua concepção narrativa da vida moral. Na argumentação de Sandel, “deliberar sobre o que é bom para mim envolve refletir sobre o que é bom para as comunidades às quais minha identidade está ligada” (p.296). O desafio é, em sociedades pluralistas como são nossas sociedades atuais, deliberar conjuntamente sobre a justiça e a vida boa. Mas é, também, perguntar-se sobre a plausibilidade ou não de, ao entrarmos na esfera pública, sermos obrigados a abandonar nossas convicções morais e religiosas.

Argumentando sobre os defeitos da concepção utilitária, tão em voga nas nossas sociedades, Sandel defende que a justiça envolve o cultivo da virtude e a preocupação com o bem comum. Evidentemente, sua argumentação não é ingênua, esquecendo, por exemplo, as críticas de Kant e Rawls, mas quer afirmar que “para alcançar uma sociedade justa, precisamos raciocinar juntos sobre o significado da vida boa e

criar uma cultura pública que aceite as divergências” (p.322). Ora, atingimos este ideal discutindo. A justiça, para Sandel, é invariavelmente crítica, ela não é apenas uma forma de distribuir bem as coisas, mas também diz respeito à forma correta de avaliar as coisas. E neste caminho, incutir nos cidadãos uma preocupação pelo todo, uma dedicação ao bem comum e um desejo de formar comunidade. Ainda, para Sandel, a justiça tem a ver também com virtudes: cidadania, sacrifício, serviço, solidariedade. Sem estas virtudes, a simples distribuição igualitária não consegue fazer frente à expansão dos mercados e seu raciocínio instrumental que pouco a pouco povoa o mundo da vida. A proposta de Sandel é a de uma política do bem comum: “uma política de engajamento moral não é apenas um ideal mais inspirador do que uma política de esquiva do debate. Ela é também uma base mais promissora para uma sociedade justa” (p.330).

Este livro de Sandel é uma excelente introdução ao seu pensamento. Apresenta, também, de forma brilhante não

apenas os vários filósofos com os quais ele vai dialogando ao longo do texto, mas de forma muito concreta os vários exemplos que ele retira da vida política e moral dos Estados Unidos. Seu esforço em trabalhar a relação da justiça com o bem, dialogando contra o livre mercado, o utilitarismo e o liberalismo, é louvável. Seu resgate de categorias filosóficas próprias dos comunitaristas como *têlos*, comunidade, narratividade, eu engajado, virtudes, reconhecimento do outro, bem comum, solidariedade, está presente em toda sua argumentação de forma clara e muito atual. Resta, portanto, discutir se o comunitarismo ou republicanismo de Sandel consegue, concretamente, resolver as situações reais de conflitos presentes nas sociedades contemporâneas, pluralistas e multiculturais. Situações, na maioria das vezes, onde a universalidade dos direitos individuais se confronta com a particularidade das comunidades concretas. Em todo caso, este é um excelente livro que merece ser lido e discutido.

Elton Vitoriano Ribeiro
FAJE/BH